
EDUCAÇÃO NAS DÉCADAS DE 1920 A 1950 NO BRASIL: ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS EM QUESTÃO

Celina Cassal Josetti¹
Rosi Valéri Corrêa Araújo²

RESUMO

Este artigo discute a trajetória de políticas públicas voltadas à educação no Brasil. Pretende-se, pois, refazer um recorte do percurso histórico das iniciativas governamentais mais expressivas no que diz respeito à afirmação da responsabilidade com a educação popular entre a década de 20 e 50 do século XX, dentro dos limites de um artigo. Os índices de alfabetização dos brasileiros sempre alimentaram, desde a independência, acalorados debates políticos. Na virada do século, situavam-se de um lado, os liberais republicanos que defendiam uma sistematização que partisse do poder central; de outro, havia as forças oligárquicas não concordavam e setores urbanos também se organizavam para cobrar ações do Estado republicano. Em 1947, aconteceu o planejamento geral da Campanha de Educação de Adultos, promovida pelo Ministério, com a cooperação de todos os Estados e Territórios e do Distrito Federal, a qual definiu os seguintes objetivos: instalação e funcionamento de dez mil classes de ensino supletivo, para adolescentes e adultos analfabetos; estímulo ao voluntariado, seja individual, para ensino de um analfabeto ou pequeno grupo de analfabetos, seja por parte de associações, para ensino de grupos mais numerosos; persistente esclarecimento do público quanto à necessidade de instruir e educar as grandes massas de adolescentes e adultos analfabetos do País.

Palavras-chave: Alfabetização. Educação de adultos. História da educação brasileira.

RESUME

Cette article étudie la trajectoire des politiques publiques de l'éducation populaire au Brésil entre les années 20 et 30 du XXème siècle. Les indices d'alphabétisation apportent des pistes significatives pour la réflexion sur ce thème. Donc, l'objectif de cet travail est, après avoir réalisé une analyse critique du corpus documentaire, provoquer les éducateurs de l'éducation des jeunes et adultes, à penser sur cet sujet autant actuel que urgent aux débats pédagogiques. Il y a longtemps - au début du XXème - qu'on se dépare avec des initiatives qui ont produit des disputes entre les républicains et des forces de l'oligarchie rural et aussi d'autres secteurs urbains qui s'organisaient autrefois. Á 1947, il y a eu lieu initiat du gouvernement qui a définit les objectifs suivants: installation e fonctionnement de dix mille classes d'enseignement pour des adultes, jeunes analphabets.

Mots-clé: Alphabétisation, Histoire de l'éducation brésilienne

¹ Mestre em Literatura. Doutora em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). Coordenadora Intermediária da Diversidade da Regional de Ensino de Sobradinho, da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF).

E-mail: saidanorte@gmail.com

² Mestre em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). Professora de Língua Portuguesa do UNICEUB (Centro Universitário de Brasília). E-mail: rosivalericorrea@gmail.com

I

O mundo não foi feito em alfabeto. Senão que primeiro em água e luz. Depois árvore. Depois lagartixas. Apareceu um homem na beira do rio. Apareceu uma ave na beira do rio. Apareceu a concha. E o mar estava na concha. A pedra foi descoberta por um índio. O índio fez fósforo da pedra e inventou o fogo pra gente fazer bóia. Um menino escutava o verme de uma planta, que era pardo. Sonhava-se muito com pererecas e com mulheres. As moscas davam flor em março. Depois encontramos com a alma da chuva que vinha do lado da Bolívia – e demos no pé.

(Rogaciano era índio Guató e me contou essa cosmologia)

Manoel de Barros

O **15 de outubro** que, em nossos dias, é dedicado à comemoração do Dia do Professor, originalmente fora a data que marcara a criação das chamadas “escolas de primeiras letras” nos idos de 1827, logo após a nossa Independência de Portugal. Passados 185 anos, não poderíamos comemorar, por exemplo, naquela data de outubro, o sucesso da implementação daquela lei – basta buscarmos os indicadores que revelam as taxas de alfabetismo de nossa população hoje – resignamo-nos, pois, a comemorar o trabalho árduo do magistério brasileiro. Ao recordarmos essa lei, remetemo-nos à trajetória das iniciativas promovidas pelos governos passados no sentido de alfabetizar os brasileiros.

II

Entendemos que uma compreensão mais acurada do período histórico circunscrito entre as décadas de 20 até 50 do século XX, no que se refere à alfabetização dos brasileiros, passa forçosamente pelo entendimento de algumas políticas implementadas ainda no Império brasileiro. Segundo Saviani,

do ponto de vista da administração do ensino público, o advento da República marcou uma continuidade em relação ao Império, ao manter as escolas primárias, portanto, o ensino popular, sob a égide das províncias,

transformadas em estados federados. Diferenciou-se, no entanto, pela laicidade (SAVIANI, 2004, p. 31).

Podemos ilustrar essa ação descentralizadora em relação à alfabetização do povo brasileiro, apontando a conduta que incentivou a disseminação por todas as províncias daquilo que se convencionou chamar de *casas-escola*, que nada mais eram que espaços totalmente improvisados – podemos dizer até precários – (sacristias, salas em câmaras municipais, residências dos mestres etc.) para os quais os alunos se dirigiam para aprender a ler, escrever e contar.

Tal atitude política, de certa maneira, eximia o poder central da prerrogativa de manter e fiscalizar as iniciativas que ocorriam nos estados. Cabe salientar que, diante desse quadro de omissão, o debate sobre a educação pública, desde a virada do século, tornou-se bastante acalorado. De um lado, os liberais republicanos defendiam sobre esse tema uma sistematização que partisse do poder central, mas as forças oligárquicas não concordavam. Setores urbanos também se organizavam para cobrar ações do Estado republicano. Nesse contexto, Hilsdorf aponta que

(...) a questão da escolarização permaneceu como um fator de extrema importância para as oligarquias que estiveram no poder, durante a Primeira República, ela foi crucial também para os trabalhadores, mas nos seus termos: as reivindicações destes, a educação escolar precisava estar acompanhada de transformações materiais, distribuição de riquezas, justiça e igualdade, pontos que não constavam da agenda republicana (HILSDORF, 2003, p. 71).

Pretende-se, dentro das limitações de um artigo, refazer o percurso histórico das iniciativas governamentais mais expressivas no que diz respeito à afirmação da responsabilidade com a educação popular entre a década de 20 e 50 do século XX. Esses subsídios servirão para aprofundar nossa reflexão sobre o tema.

III

Os índices de alfabetização dos brasileiros sempre alimentaram, desde a independência, acalorados debates políticos. Na virada do século, situavam-se de um lado, os liberais republicanos que defendiam uma sistematização que partisse do poder central; de outro, havia as forças oligárquicas não concordavam. Setores urbanos também se organizavam para cobrar ações do Estado republicano. Nesse contexto, Hilsdorf aponta que

(...) a questão da escolarização permaneceu como um fator de extrema importância para as oligarquias que estiveram no poder, durante a Primeira República, ela foi crucial também para os trabalhadores, mas nos seus termos: as reivindicações destes, a educação escolar precisava estar acompanhada de transformações materiais, distribuição de riquezas, justiça e igualdade, pontos que não constavam da agenda republicana. (Id., *ibid.*)

Somente na última década do século XIX é que, em São Paulo, nasce desse embate entre as forças liberais e as oligárquicas uma proposta de sistematização do ensino primário, em outras palavras, erigiu-se um modelo de escola primária que seria referência até a metade do século XX: o **grupo escolar**. Republicanos paulistas conseguem, enfim, promover a construção de prédios, por vezes suntuosos, destinados à escola pública para, assim, romper com o passado imperial. A ideia de renovação republicana vem associada à educação popular, implementando-se o ensino simultâneo em classes graduadas. Eis o modelo que sintetizava um projeto político civilizatório para a nação brasileira, o que serviu de referência para os demais estados. De acordo com Souza,

em meados do século XX, os grupos escolares se haviam tornado a modalidade de escola primária predominante no país, acompanhando o processo de urbanização e democratização do ensino público. [...] Educadores paulistas foram contratados por governos de vários estados para participarem do processo de reorganização da instrução pública (SOUZA, p. 118-119).

Em 1926, Fernando de Azevedo assume publicamente em artigos publicados no *Estado de São Paulo* uma atitude bastante crítica em relação à ideia de modernização e

civilização veiculada pelos paulistas. Essa postura está materializada no “Inquérito sobre a Instrução pública”, o que repercutirá nas políticas públicas do Estado Novo.

A nova realidade brasileira passou a exigir uma mão-de-obra especializada e para tal era preciso investir na educação. Sendo assim, o Governo Provisório, que assumiu o poder em fins de 1930, promove uma nova atitude em relação à escolarização do povo: criou o Ministério da Educação e Saúde Pública, cuja ação logo se fez perceber, Saviani (2004, p.31) destaca que “(...) o ministro da Educação e Saúde Pública, já em abril de 1931, baixou um conjunto de seis decretos organizando o ensino secundário e as universidades brasileiras ainda inexistentes, conhecidos como reforma Francisco Campos.” Dentre as seis, destacamos três das principais medidas:

- a criação do Conselho Nacional de Educação (Decreto nº 19.850 de 11/04/31);
- a organização do ensino superior no Brasil (Decreto nº 19.851 de 11/04/31) e
- a organização da Universidade do Rio de Janeiro (Decreto nº 19.852 de 11/04/31).

Em 1934, a nova Constituição (a segunda da República) dispõe, pela primeira vez, que a educação é direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelos Poderes Públicos. Ainda em 1934, por iniciativa do governador Armando Salles Oliveira, foi criada a Universidade de São Paulo. A primeira a ser criada e organizada segundo as normas do Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931.

Em 1935, o Secretário de Educação do Distrito Federal, Anísio Teixeira, cria a Universidade do Distrito Federal, com uma Faculdade de Educação na qual se situava o Instituto de Educação.

O ensino primário também se configurou obrigatório e gratuito nas escolas públicas. Já o ensino de segundo grau, posterior ao primeiro, também chamado de ensino médio, para jovens de doze anos ou mais, compreendia cinco ramos. O ensino secundário tinha o objetivo de formar “individualidades condutoras”, pelo próprio ensino nele

ministrado e pela preparação para o ensino superior. Os demais ramos tinham a finalidade de formar força de trabalho para os principais setores da produção: o ensino industrial, o ensino comercial, o ensino agrícola e o ensino normal – este para a formação de professores para o ensino primário.

Nessa época, refletindo tendências fascistas, a orientação político-educacional para o mundo capitalista fica bem explícita ao sugerir a preparação de um maior contingente de mão-de-obra para as novas atividades abertas pelo mercado. Dessa forma, a nova Constituição enfatiza o ensino pré-vocacional e profissional. Por outro lado, propõe que a arte, a ciência e o ensino sejam livres à iniciativa individual e à associação ou pessoas coletivas públicas e particulares, tirando do Estado o dever da educação. Mantém, ainda, a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário e dispõe como obrigatório o ensino de trabalhos manuais em todas as escolas normais, primárias e secundárias. Esta época marca uma grande distinção entre o trabalho intelectual, para as classes mais favorecidas, e o trabalho manual, enfatizando o ensino profissional para as classes mais desfavorecidas. Ainda assim, é criada a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP).

Em 1942, por iniciativa do Ministro Gustavo Capanema, são reformados alguns ramos do ensino. Estas Reformas receberam o nome de Leis Orgânicas do Ensino, e prescreviam a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); regulamentava o ensino industrial e o ensino secundário; a obrigatoriedade dos estabelecimentos industriais empregarem um total de 8% correspondente ao número de operários e matriculá-los nas escolas do SENAI; e que as empresas oficiais, com mais de cem empregados, eram obrigadas a manter, por conta própria, uma escola de aprendizagem destinada à formação profissional de seus aprendizes.

O ensino ficou composto, neste período, por cinco anos de curso primário, quatro de curso ginásial e três de colegial, podendo ser na modalidade clássico ou científico. O ensino colegial perdeu o seu caráter propedêutico, de preparatório para o ensino superior, e passou a preocupar-se mais com a formação geral. Apesar desta divisão do ensino

secundário, entre clássico e científico, a predominância recaiu sobre o científico, reunindo cerca de 90% dos alunos do colegial (PILETTI, 1996, p. 90).

Ainda no espírito da Reforma Capanema é baixado um Decreto-Lei regulamentando o ensino comercial. Porém, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) só é criado em 1946, após, portanto o Período do Estado Novo.

Em 1944, começa a ser publicada a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, órgão de divulgação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). O fim do Estado Novo consubstanciou-se na adoção de uma nova Constituição de cunho liberal e democrático. Essa nova Constituição, na área da Educação, determina a obrigatoriedade de se cumprir o ensino primário e dá competência à União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional. Além disso, a nova Constituição fez voltar o preceito de que a educação é direito de todos, inspirada nos princípios proclamados pelos Pioneiros, no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, nos primeiros anos da década de 1930.

Em 1946, acontece a promulgação das leis orgânicas do ensino primário e ensino normal, tendo como finalidades do ensino primário: proporcionar a iniciação cultural que a todos conduza ao conhecimento da vida nacional, e ao exercício das virtudes morais e cívicas que a mantenham e a engrandecem, dentro de elevado espírito de fraternidade humana; oferecer de modo especial, às crianças de sete a doze anos, as condições de equilibrada formação e desenvolvimento da personalidade; e elevar o nível dos conhecimentos úteis à vida na família, à defesa da saúde e à iniciação no trabalho. O ensino normal, como ramo do ensino do segundo grau, foi criado com o objetivo de promover a formação do pessoal docente necessário às escolas primárias; habilitar administradores escolares destinados às mesmas escolas; e desenvolver e propagar os conhecimentos e técnicas relativas à educação da infância.

Baseado nas doutrinas emanadas pela Carta Magna de 1946, o Ministro Clemente Mariani cria uma comissão com o objetivo de elaborar um anteprojeto de reforma geral da educação nacional. Esta comissão, presidida pelo eminente educador Lourenço Filho, era organizada em três subcomissões: uma para o Ensino Primário, uma para o Ensino

Médio e outra para o Ensino Superior. Em novembro de 1948 este anteprojeto foi encaminhado à Câmara Federal, dando início a uma luta ideológica em torno das propostas apresentadas. No primeiro momento, as discussões estavam voltadas às interpretações contraditórias das propostas constitucionais. No momento posterior, após a apresentação de um substitutivo do Deputado Carlos Lacerda, as discussões mais marcantes relacionaram-se à questão da responsabilidade do Estado quanto à educação, inspiradas nos educadores da velha geração de 1930, e à participação das instituições privadas de ensino.

Já em 1947, aconteceu o planejamento geral da Campanha de Educação de Adultos, promovida pelo Ministério, com a cooperação de todos os Estados e Territórios e do Distrito Federal, a qual definiu os seguintes objetivos: instalação e funcionamento de dez mil classes de ensino supletivo, para adolescentes e adultos analfabetos; estímulo ao voluntariado, seja individual, para ensino de um analfabeto ou pequeno grupo de analfabetos, seja por parte de associações, para ensino de grupos mais numerosos; persistente esclarecimento do público quanto à necessidade de instruir e educar as grandes massas de adolescentes e adultos analfabetos do País.

Em 1948, uma comissão composta por diferentes setores da educação, criou e encaminhou à Câmara uma proposta de estatuto para o ensino. Ela serviu de referência para o projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que só viria a ser promulgada bem mais tarde. Depois de treze anos de acirradas discussões, foi promulgada a Lei 4.024, em 20 de dezembro de 1961, sem a pujança do anteprojeto original, prevalecendo as reivindicações da Igreja Católica e dos donos de estabelecimentos particulares de ensino no confronto com os que defendiam o monopólio estatal para a oferta da educação aos brasileiros.

As discussões sobre a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional foram bastante proveitosas e muitas iniciativas marcaram o período como, talvez, o mais fértil da História da Educação no Brasil. Mesmo assim, essas notáveis iniciativas não conseguiram solucionar o problema da alfabetização, uma vez que chegamos aos anos 1950, segundo Lourenço Filho, com índices de alfabetização na casa dos 50% da população brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas sociedades urbanas contemporâneas, é evidente o estatuto das práticas letradas, ora entendidas como “conjunto de práticas sociais culturalmente constituídas e socialmente situadas” (LOPES, 2006, p. 16). Basta contabilizar em nossa rotina diária quais e quantas são as demandas relacionadas ao mundo letrado, a partir do momento em que, por exemplo, levantamos da cama para um dia de trabalho. Já bem cedo, na mesa do café, assistimos ou apenas ouvimos sem muita atenção as primeiras notícias de nossa cidade ou do mundo, todas veiculadas em uma modalidade de língua bem diferente daquela que usamos – na mesma mesa do café – com os nossos familiares, uma vez que aquela língua pertence a um território preciso das práticas letradas. Ao pisarmos na rua, rumo ao trabalho, uma avalanche de textos ocupa nosso campo de visão de tal maneira que ficamos indiferentes aos apelos do entregador de panfletos da esquina. O destino do ônibus em letras coloridas também se impõe diante dos olhos.

O domínio das habilidades de leitura e escrita igualmente confere legitimidade às ações do indivíduo no contexto social. Desde aquela pulseirinha do recém-nascido, passando pela certidão de nascimento, ou pelo crachá pendurado no pescoço para se ingressar no escritório, estamos a todo tempo e lugar reconstruindo nossa identidade nesse mundo de letras e códigos de barras; todavia, nem todos brasileiros logram inserir-se nesse mundo letrado do século XXI, a despeito de incontáveis campanhas e programas governamentais.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de. **Pequena história da formação social brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. São Paulo: Moderna, 1989.
- BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975-1976. 4 v.
- GERIBELLO, Wanda Pompeu. **Anísio Teixeira: análise e sistematização de sua obra**. São Paulo: Atlas, 1977.
- HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da educação brasileira**. São Paulo: Thompson, 2003.

LOPES, Iveuta de Abreu. **Cenas de letramentos sociais**. Recife: PPGE/UFPE, 2006.

LOURENÇO FILHO, M. B. “Redução das taxas de analfabetismo entre 1900 e 1960: descrição e análise”. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, 1965.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

SAVIANI, Dermeval; SOUZA, Rosa de Fátima *et al.* **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004.

Recebido: 16/06/2012

Aprovado: 22/10/2012